

MAGALI MENDES DE MENEZES  
CARLOS EDUARDO SPERB  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA PETRY  
WAGNER MACHADO DA SILVA  
OLÍVIA DE ANDRADE SOARES  
(ORGANIZADORES)

---

**DIREITOS**

---

**HUMANOS**

---

**EM DEBATE**

---

**educação e marcadores sociais da diferença**

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2019.  
1º edição - 2019

Edição, Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles  
Revisão e Normatização: Mauro Meirelles e Jeferson Mello Rocha  
Transcrição dos áudios: Maria Petrucci  
Fotos: Luis Ventura, Ana Letícia Meira Schweig, Sofia Pulgatti,  
Carlos Eduardo Sperb, Paulo Josué Goulart da Silva  
Capa: Luciana Hoppe e Carlos Eduardo Sperb  
Impressão: Copiart  
Comitê de Organizadores do Evento: Magali Mendes de Menezes,  
Maria Aparecida Bergamaschi, Russel Teresinha Dutra da Rosa,  
Rosângela Rodrigues Soares, Dagmar Estermann Meyer, Fernan-  
do Seffner, Caroline Pacievitch, Karine dos Santos, Mariangela  
Bairros, Leandro Rogério Pinheiro, Rita Camisolão, Suzi Webber  
Tiragem: 300 exemplares impressos em dualtone e 700 para dis-  
tribuição on-line.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D598      Direitos humanos em debate : educação e marcadores sociais da  
diferença / Magali Mendes de Menezes ... [et al.] (orgs.). -  
Porto Alegre: CirKula, 2019.  
440 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-018-1

1. Direitos humanos: educação. 2. Interculturalidade. 3. Povos  
indígenas. 4. Socioeducação. 5. Arte. 6. Gênero. I. Título. II. Menezes,  
Magali Mendes de. III. Sperb, Carlos Eduardo. IV. Petry, Alessandra  
de Oliveira. V. Machado, Wagner. VI. Soares, Olívia de Andrade.

CDD 323.1

Bibliotecária responsável: Débora Jardim Jardim – CRB 10/1598

Editora CirKula  
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Loja 1 - Bomfim  
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190  
e-mail: editora@circula.com.br  
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

## CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAR EM TEMPOS TURBULENTOS

Rodrigo Lages e Silva

Conta a história que o horror assistido por um jovem parisiense durante os anos terríveis da Revolução foi a grande motivação para que mais tarde a Filosofia Positivista tivesse sido inventada. Mortificado pela constatação de que os homens são capazes de fazer aos seus adversários por conta de divergência de opiniões ou ideias, Auguste Comte ansiava por uma racionalidade que se erigisse apenas em cima dos dados observáveis e quantificáveis, desprezando o subjetivismo e o perspectivismo.

A mesma recusa ao pântano das opiniões ou *doxas*, onde proliferaria a retórica sofisticada e outras práticas perigosas como a poética – em seu falseamento do mundo –, caracterizou o pensamento de Platão, tal como proposto em **A República**. Seu idealismo seria um antídoto contra a perniciosa afirmação sofisticada da inexistência da verdade transcendental e, portanto, da ausência de certezas morais, estéticas ou políticas. A presença na cidade de professores de oratória, que ensinavam qualquer um a discursar com eloquência persuasiva, independentemente da validade ou da crença na tese defendida, era vista como perigosa pelo filósofo. Por essa razão, Platão inventou um plano superior ao das nossas ilusórias percepções: o plano das ideias, acessível apenas pelas reminiscências, onde restaria eternamente intocada a verdade do mundo.

Essas duas anedotas históricas podem nos fazer concluir que períodos de crise e de confusão são potencialmente precursores de importantes saltos epistêmicos na história do pensamento humano. Em outras palavras, é das dificuldades e da confusão que se engendram as boas ideias. Há, porém, uma circunstância fundamental para que tal ultrapassagem seja possível: a liberdade. A travessia da opinião para o conhecimento é um processo autônomo, meta-epistêmico. Ou seja, é quando o pensamento se volta sobre si próprio para ser capaz de separar aquilo que é verdadeiro

do que é falso, é que ele consegue dar um salto qualitativo e re-colocar os problemas em outros termos, transcendendo o puro antagonismo e reorganizando o conhecimento sob um novo horizonte. Nenhum dos pensadores citados anteriormente conjecturou que caberia o arbítrio de um governo sobre as mentalidades para, enfim, determinar as opiniões que deveriam ser validadas e as que seriam rejeitadas. Em suma, ambos acreditavam que partindo de uma condição política, isto é, como embate de ideias, opiniões, perspectivas, pontos de vista ou interesses, é que o pensamento poderia se autocorriger no sentido de se aproximar da verdade. Seja realizando uma assepsia do objeto, como no Positivismo, determinando o que pode e o que não pode ser objeto da verdade; seja realizando uma assepsia do intelecto, como no Platonismo, afastando as ilusões dos sentidos para que os objetos pudessem ser capturados de forma mais próxima à sua existência ideal por intermédio das reminiscências.

Eis uma importante advertência para nós que também vivemos em uma sociedade fraturada por ideologias divergentes, pela multiplicação identitária, pela ausência de amplitude nas solidariedades horizontais, além de muito ódio, ressentimento, revanchismo e tudo o mais que nossa natureza pedestre sabe inventar: a saída para a contradição, para o conflito, para os embates aparentemente irreconciliáveis está na multiplicação das vozes, na pluralidade de ideias e no refinamento da escuta. As grandes sínteses cognitivas, as grandes viradas epistêmicas são construídas no silêncio de quem está refletindo e não no emudecimento de quem sente medo. **Tudo isso parece estar sendo ignorado pelo movimento *Escola sem Partido*.**

Tivesse esse movimento o afã de argumentar, de debater, de conversar, de convencer, poderia fazer parte – mesmo que eu discorde no mais alto grau de suas premissas – de um processo dialético de construção de políticas educacionais. Mas em seus vínculos pragmáticos com *think tanks* (“caveirões do pensamento”, na minha livre tradução) de ultradireita, com interesses do mercado financeiro sobre o butim da verba pública de Educação, enfim, com seus compromissos nada dialógicos, porém bastante alinhados com interesses políticos e monetários, esse movimento representa um retrocesso na Educação Brasileira.

Em tempos de pós-verdade, *fake news* e inconfiabilidade da mídia hegemônica, os jovens estudantes e suas famílias estão par-

ticularmente suscetíveis a se verem seduzidos por soluções simplificadoras. Uma obviedade vende mais do que água no deserto da indecisão. Para onde recorreremos quando tudo parece falseável e não temos a energia intelectual de um Auguste Comte ou de um Platão para inventarmos nossos próprios critérios epistêmicos? Corremos para o senso comum. É o senso comum que nos permite lidar com a vida cotidiana e, na maior parte das áreas, com bons resultados. Mas não na política e, certamente, não na Educação.

O senso comum tem uma serventia cotidiana, ordinária, cozinha. É um grande aliado para decidir o que comer no café da manhã, por exemplo. Quando os cientistas resolveram condenar o ovo à danação dietética, muitas pessoas fizeram ouvidos moucos. A razão? O avô comeu ovo a vida inteira e morreu com noventa e tantos. Quer coisa mais confiável do que a tradição? Ela se repete e repete através de gerações. Ou já ouviram falar de alguém que morreu por comer ovo demais? E eis que o tempo passa e o ovo volta glorificado às tabelas nutricionais, absolvido e recomendado pelos cientistas.

Se precisamos decidir o que vestir ou o que comer, ações que realizamos com frequência e para a qual não podemos dispender tempo excessivo, o senso comum é de grande valia e apenas excepcionalmente vai ter de ser deixado de lado: quando estivermos numa dieta para realizar uma cirurgia; ou se vamos a uma festa numa ocasião especial. Enfim, para as situações que se repetem assiduamente o senso comum é útil e confiável. Mas para tomar decisões extraordinárias e com impacto de longo alcance, em geral o senso comum não nos ajuda adequadamente.

O sucesso do movimento *Escola sem Partido* é dar a impressão de que a Educação é uma escolha simples e cotidiana, tal como os ingredientes do café da manhã ou as peças do guarda-roupa, e que pode ser realizada tomando o senso comum como base. Nesse sentido, a Educação não precisaria de especialistas, apenas de executores; de trabalhadores tarefeiros, não de profissionais. Aliás, qualquer pessoa de notório saber estaria qualificada para atuar na Educação. Daria até para concluir que os profissionais da



Educação seriam, desse ponto de vista, pessoas que ganham mais do que merecem pelo pouco resultado que apresentam, ou que usurpam de uma aura de importância maior do que o justificado.

Entretanto, as décadas de pesquisa e atuação de profissionais especializados na Educação nos demonstram o contrário. Ou seja, que a Educação é um processo de longo espectro e que envolve decisões estratégicas, as quais demoram para surtir efeitos. A Educação é um processo multideterminado, no qual não temos como avaliar instantânea e diretamente o que deu certo ou errado. Uma decisão tomada no presente, tal como a modificação do método de alfabetização do construtivista para o fonêmico, como foi aventado pelo Ministro Vélez Rodríguez, e que pode levar mais de uma década para poder ser avaliada em termos de sua eficácia e eficiência, sendo que nesse período uma geração inteira de estudantes terá sido impactada. Por isso, as políticas educacionais não podem prescindir de uma comunidade científica que atue através do controle pelos pares, da acumulação de conhecimento e da avaliação permanente de estratégias e resultados.

Em outras palavras, o senso comum não é um bom conselheiro no campo das políticas educacionais. Não é suficiente perguntar se a Educação de hoje é parecida com a dos avós (meus avós aprenderam no método do bê-á-bá, então as crianças de hoje também podem aprender), justamente porque uma das funções das políticas educacionais é superar barreiras experimentadas pelas gerações que nos precederam!

A artimanha do movimento *Escola sem Partido* é dialogar com o campo das políticas educacionais como se ele fosse (auto) evidente, simples, explícito, como qualquer escolha que fazemos no dia a dia. E o truque começa pelo nome: "*Escola sem Partido*". Ora, é óbvio que queremos uma escola "sem partido". É óbvio que a escola não pode ter partido! Ainda que ela possa e deva falar sobre a organização da representação política da sociedade civil em partidos, já que o letramento na cidadania e, por extensão, na democracia representativa faz parte das suas atribuições. Mas ao afirmar "escola sem partido!", esse movimento nos faz supor que ela vem tendo partido, ou vem atuando a serviço de um partido, e que, por isso, algo precisa ser feito para interromper "todo esse absurdo aí, tá ok?".

Contudo, podemos perguntar: a escola está realmente partidária? Estamos mesmo enfrentando uma invasão das ideologias

partidárias para dentro da sala de aula? Quando nos colocamos essas perguntas, estamos novamente no campo das contradições, das perspectivas, e vamos ter de recorrer a informações qualificadas, aos estudiosos, aos especialistas. Se o fizermos, porém, vemos que os especialistas em Educação são, na quase totalidade, contrários ao movimento *Escola sem Partido!* E vemos que, por outro lado, os favoráveis a essa iniciativa são na sua quase totalidade *políticos* e que pertencem a (adivinhem) *partidos!* Não é irônico?

O mesmo vai ocorrer em relação à afirmação que o movimento *Escola sem Partido* faz, de que os estudantes são a parte “vulnerável” da relação de ensino-aprendizagem. Essa afirmação parece recorrer à presunção aparentemente óbvia de que crianças e adolescentes são influenciáveis. E, com efeito, crianças e adolescentes sofrem, a cada etapa da vida, muitas influências. O que é sonogado nessa informação é que influenciar na formação das crianças e adolescentes é função da Educação. A razão por que a Educação Básica é compulsória não é outra senão o fato de que o Estado Brasileiro, na sua Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, coloca-se como corresponsável pelo cuidado e pela formação desses. Ou não se espera que os estudantes sejam positivamente influenciados pelos professores no sentido da paixão pelos estudos, pela aprendizagem, pelo domínio das capacidades intelectuais e sociais que a civilização desenvolveu e as quais a escola cumpre a função de democratizar?

Agora, a cada etapa de seu desenvolvimento da infância até a adolescência, os estudantes passam por níveis diferentes de autonomia e de desenvolvimento moral, de modo que a ação dos professores deve respeitar a técnica e a ética pedagógica, não sendo por outra razão que os cursos de formação de professores têm disciplinas de Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Políticas Educacionais, Didática, enfim, uma série de conhecimentos que visam preparar o docente para que esteja técnica e eticamente apto a realizar essa função de Estado que é educar, justamente porque o legislador brasileiro optou por não deixar inteiramente a cargo das famílias esta função. Quando o movimento *Escola sem Partido* fala que os professores realizam influências sobre os estudantes, as quais contrariam valores familiares, ele fala em nome de um senso comum (a família é quem educa) que não corresponde à decisão tomada por legisladores e traduzida numa política edu-

cacional formulada e acompanhada por diversos especialistas e que, em outras palavras, afirma não confiar inteiramente às famílias a formação dos cidadãos. Tal perspectiva está fundamentada numa racionalidade ocidental que em certa medida opõe o pátrio poder ao poder do Estado, ou que opõe o domínio da casa ao domínio público. É porque as crianças se tornam adultos e cidadãos e frequentam e atuam em um espaço que é compartilhado por outras pessoas, criadas em outras famílias, que não se pode deixar inteiramente às famílias a sua formação.

Façamos um exercício de imaginação. Pensemos numa família que promova a cultura do "tirar vantagem em tudo", da deslealdade, da mentira, e de outras características de personalidade e de sociabilidade incompatíveis com os princípios da democracia e da fraternidade. Essa família deveria ter preservado seu "direito" de que a escola não influa na formação de valores dos filhos? Deveríamos impedir que a escola contrarie esses valores familiares?

Então o que este movimento absolutamente antidemocrático advoga não é o direito "das" famílias, mas o de "algumas" famílias que ideologicamente estão mais próximas da ideologia que eles consideram correta. A Educação, porém, como política pública, não pode estar a serviço de uma ideologia em particular. É por isso que a gestão democrática escolar busca garantir que o princípio de "pluralidade de ideias" presente na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases seja efetivado no dia a dia das escolas.

Para concluir, o que pretendo ter demonstrado neste texto é que o movimento *Escola sem Partido* se aproveita da busca por simplificação que é típica dos momentos turbulentos da história para advogar em torno de teses apenas aparentemente verdadeiras. A aparência de obviedade de uma ideia não é suficiente para garantir sua validade. O óbvio e o simples existem no mundo e devem ser buscados. Mas, às vezes, a verdade é complexa e qualquer tentativa de simplificação significa, no mínimo, uma deturpação da realidade e, frequentemente, uma tentativa de manipulação.

Não é ruim que haja questionamentos e contradições em relação às políticas educacionais que estamos produzindo enquanto nação. Talvez, em relação a esse momento conflagrado em termos de ideologias e de posicionamentos políticos, até venhamos a concluir no futuro que foi um processo sofrido, mas importante, do qual saímos engrandecidos enquanto sociedade. Contudo, afirmo, e disso não tenho dúvidas, a saída deve ser produzida no



terreno do pensamento, da pesquisa, da reflexão, da crítica, da busca pela informação confiável, da interpretação, enfim, através do exercício da fala, da escuta e do diálogo. Não será por meio da interdição, da patrulha, do constrangimento, da coação, em síntese, da criminalização do fazer docente, que poderemos construir esta sociedade amadurecida. É preciso deixar o pensamento livre para que produza suas próprias condições de ultrapassagem, de ascese, de superação das contradições do presente.

A sensação de estarmos perdidos é muito ruim, mas se pedimos ajuda a um desconhecido e ele ainda bate a nossa carteira, pode ser muito pior. Se não soubermos confiar nos professores que se formam após anos de estudo; que escolhem uma profissão tradicionalmente mal remunerada, em geral porque são apaixonados pela Educação; que recebem uma formação capaz de compreender as responsabilidades que têm sobre os educandos e os limites éticos da sua intervenção em sala de aula; que obedecem a princípios e diretrizes estabelecidos em documentos importantes como a Constituição da República, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente; estaremos mais seguros confiando em pessoas que afirmam que “professor não é educador”? Estaremos mais seguros confiando em parlamentares que vão às escolas constranger professores? Estaremos mais seguros confiando em pessoas que oferecem dinheiro para que jovens filmem professores em sala de aula?

Para finalizar, o convite que, como educadores, precisamos fazer para aqueles que estão preocupados com os rumos da Educação não é o de buscarmos um senso comum, mas o de que possamos constituir uma comunidade sensível, ou uma “comunidade do sensível”, como propôs Jacques Rancière, capaz de afetar-se mutuamente, de comover-se, de entusiasmar-se; em outras palavras, de estar interessada pelo ponto de vista alheio. Como educadores, a disposição emocional que nos interessa é a confiança, a curiosidade e a espontaneidade. O medo, a desconfiança e o ressentimento são os instrumentos do movimento *Escola sem Partido*, instrumentos típicos... dos doutrinadores.

